

HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS FESTAS CÍVICAS EM CAMPO MAIOR-PI NA DITADURA MILITAR

HISTORY AND MEMORY OF CIVIC CELEBRATIONS IN CAMPO MAIOR-PI IN THE MILITARY DICTATORSHIP

HISTORIA Y MEMORIA DE LAS FIESTAS CIVILES EN CAMPO MAYOR-PI EN LA DITADURA MILITAR

Caio Vinicius Silva Teixeira (UESPI)²⁰⁶

Resumo: Este trabalho objetiva analisar a percepção da população de Campo Maior-PI quanto às festividades cívicas realizadas nesta cidade durante o regime militar. Ao assumir o comando do Brasil em 1964, por meio de um golpe civil-militar, os militares propuseram a realização de grandes festividades cívicas nas quais eram celebradas as grandes datas cívicas da nação, mas também o regime em vigor. A metodologia utilizada neste trabalho foi a História Oral e, para tanto, foram realizadas entrevistas com pessoas que eram estudantes em Campo Maior durante a Ditadura Militar. Ao analisarmos as memórias dessas pessoas pudemos perceber como o regime militar se fez presente em Campo Maior.

Palavras-chave: Festas cívicas. Ditadura Militar. Campo Maior-PI. Memória

Abstract: This study aims to analyze the perception of the population of Campo Maior-PI regarding the civic festivities held in this city during the military regime. In assuming command of Brazil in 1964, by means of a civil-military coup, the military proposed to hold great civic festivities in which the great civic dates of the nation were celebrated, but also the regime in force. The methodology used in this work was the Oral History and, for that, interviews were conducted with people who were students in Campo Maior during the Military Dictatorship. In analyzing the memories of these people we could see how the military regime was present in Campo Maior.

Keywords: Civic parties. Military dictatorship. Campo Maior-PI. Memory

Resumen: Este trabajo objetiva analizar la percepción de la población de Campo Mayor-PI en cuanto a las festividades cívicas realizadas en esta ciudad durante el régimen militar. Al asumir el mando de Brasil en 1964, por medio de un golpe civil-militar, los militares propusieron la realización de grandes festividades cívicas en las que se celebraron las grandes fechas cívicas de la nación, pero también el régimen en vigor. La metodología utilizada en este trabajo fue la Historia Oral y, para ello, se realizaron entrevistas con personas que eran estudiantes en Campo Maior durante la Dictadura Militar. Al analizar las memorias de esas personas pudimos percibir cómo el régimen militar se hizo presente en Campo Maior.

Palabras clave: Fiestas cívicas. Dictadura militar. Campo Mayor-PI. memoria

Durante a Ditadura Militar o governo fez uso de várias ferramentas para alcançar a pretendida legitimidade perante a sociedade brasileira e demonstrar que os militares estavam representando e assegurando a democracia. Uma dessas ferramentas foram as festas cívicas, nas quais eram feitas grandes comemorações em homenagem aos grandes feitos e heróis da História do Brasil, como a Independência e D. Pedro I, e através destas festividades o Estado objetivava inculcar na população um sentimento de patriotismo e de civismo. Essas

²⁰⁶ Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI (2018)

comemorações se espalharam por todo o país pretendendo cultuar a Pátria, mas também buscar um reconhecimento e valorização do regime militar em vigor.

Além de obter reconhecimento da população brasileira no momento em que estavam no poder, era também de interesse dos militares gravar seu governo na história do país e na memória dos brasileiros (REZENDE, 2013). A memória é um mecanismo através do qual se pode marcar um indivíduo na História. Durante a ditadura militar procurou-se exaltar, por meio das festas cívicas, aqueles tidos como heróis da nação e também colocar os militares – e seus feitos – na memória nacional. Nesse sentido, como nos lembra Michael Pollak, podemos entender a memória como uma luta política, pois:

Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. (POLLAK, 1992, p.205)

As comemorações à Batalha do Jenipapo (13 de março)

As principais festas cívicas realizadas em Campo Maior no período em estudo foram a Batalha do Jenipapo (13 de março) e a Independência do Brasil (7 de setembro) – o aniversário da cidade, comemorado em 8 de agosto, não era uma festa celebrada grandemente na cidade. Dessa maneira, empreenderemos uma análise dos depoimentos das pessoas entrevistadas que participaram dessas duas comemorações cívicas.

O 13 de março constitui-se como uma data importantíssima para os campomaiorenses. A cidade se identifica com essa data e com o fato que se deu nesse dia no ano de 1823. Para exaltar os heróis daquela batalha o governo local anualmente realiza comemorações e no período militar isso não foi diferente, sendo que, como vimos, a inauguração do Monumento Heróis do Jenipapo se deu nesse período. Everaldo de Vasconcelos Teixeira²⁰⁷ conta um pouco de como eram realizadas essas comemorações à Batalha do Jenipapo:

²⁰⁷ Everaldo de Vasconcelos Teixeira nasceu em 1958, na localidade Natal, atualmente município de Sigefredo Pacheco. Em 1969 mudou-se com a família para Campo Maior onde estudou nas escolas Unidade Escolar Valdivino Tito, Unidade Escolar Briolanja Oliveira, Colégio Estadual Professor Raimundinho Andrade, Unidade Escolar Marion Saraiva e Ginásio Santo Antonio. Atualmente mora em Campo Maior e é trabalhador autônomo

As celebrações eram feitas assim, mais era o desfile militar, né? Os colégios iam, aqueles alunos, aí o Exército vinha, a gente... só que eu nunca participei. Naquele tempo era tudo dependioso, não tinha esse negócio de ônibus, a gente ia de pé de Campo Maior, a maioria ,não todos, a maioria ia a pé, naquele tempo a gente não tinha cansaço mesmo ia correndo, ia e vinha. Era pela manhã, a gente chegava em casa 12h, 1h da tarde, sem comer, as vezes até sem beber, não tem essa água mineral que tem hoje. Era tudo dependioso, mas a gente fazia esforço pra ir, pra participar, pelo menos ver aquelas coisas que a gente não via. A gente ia mesmo, eu mesmo era um dos que ia, pra ver mais aqueles carros do Exército, aqueles desfiles, aquelas armas do Exército que era muito bonito (...). (TEIXEIRA, 2018.)

Apreendemos que apesar da distância da cidade – algo em torno de 6 km – era feito um esforço para assistir às comemorações. O percurso era feito a pé, sob sol forte, com pouca ou nenhuma alimentação e água. Podemos compreender que ir “correndo” como uma exacerbação na fala do entrevistado, causada pela lembrança do fato vivido. Mas, o que motivava tão grande empenho de um jovem estudante de uma pequena cidade do Piauí? Ver o equipamento do Exército e toda a sua grandiosidade. Mesmo não participando das comemorações, apenas assistir às apresentações do Exército satisfazia nosso entrevistado e fazia todo o esforço valer à pena.

Essa comemoração era um momento em que o Exército mostrava sua imponência à população. Seus carros, desfiles e armas mostravam o poder das Forças Armadas ao passo que procuravam demonstrar que o país estava seguro pelos militares. Para uma criança, como o Sr. Everaldo à época, não era nenhum sacrifício percorrer aquela distância sob as circunstâncias citadas, mas sim motivo de alegria e exaltação do Exército brasileiro. Todo esforço seria recompensado ao assistir à aquela comemoração.

O governo militar soube se apropriar dos homens que morreram naquela batalha, que posteriormente seriam transformados em “Heróis do Jenipapo”. A comemoração da Batalha do Jenipapo tornou-se, assim, um momento de festejar também o governo vigente, tendo construção do monumento o objetivo de fixar aquela data na história piauiense, demonstrando o (res)significado daquela batalha para independência do Brasil, ao passo que é um símbolo da ditadura militar em Campo Maior. Sobre a inauguração desse monumento Francisco de Paula Barroso Lima²⁰⁸ nos relata que foi um momento que:

²⁰⁸ Francisco de Paula Barroso Lima nasceu em Pedro II em 1955 e mudou-se para Campo Maior em 1962. Estudou nas escolas Unidade Escolar Valdivino Tito e na Unidade Escolar Treze de Março. É graduado em História e atualmente é servidor público na Prefeitura Municipal de Campo Maior.

“(…) envolveu muito a sociedade, envolveu muito os políticos, envolveu principalmente as Forças Armadas que fizeram uma festa muito grande para comemorar aquela grande obra e também pelo idealismo do governador Alberto Silva, que era a tentativa também de colocar o Piauí no meio do Brasil, no meio das comemorações do Brasil e isso o governador fazia e fez muito bem e o Exército aproveitava. Era um aproveitando o outro e, portanto, foi uma festa de repercussão nacional. (LIMA, 2018.)

Como podemos perceber esse fato envolveu a sociedade, de modo geral, os militares e também a classe política. O governador do Piauí, Alberto Silva, participou dessa inauguração, que foi mais uma grande realização de seu governo na tentativa de inserir o Estado no contexto nacional, bem como marcar sua administração na memória dos piauienses com a construção de grandes obras (FONTINELES, 2015). De acordo com a fala do entrevistado, a construção do monumento favoreceu tanto os militares como o governo de Alberto Silva, uma obra em que “todos saíram ganhando”. Em seu discurso:

(…) o Governador Alberto Silva disse que, com a inauguração do Monumento-Museu Heróis do Jenipapo, o Governo e o Povo do Piauí iniciavam o resgate de dívida histórica contraída no dia 13 de março de 1823 com os heróis que se empenharam na derrota das tropas portuguesas comandadas pelo brigadeiro Fidié.

Afirmou o Chefe do Executivo, ao fazer um breve histórico da batalha travada em terras piauienses, que não foi a ela atribuída, até hoje, a verdadeira importância que possui em relação à Independência do Brasil “que não assumiu, no Piauí, caráter de mera adesão, mas de proclamação como consequência lógica de um processo de conspiração, de organização e de luta visando à separação política do nosso País da Coroa Portuguesa. (...) (PIAUI resgatou dívida histórica. Jornal do Piauí, Teresina, ano XXIII, nº4.958, 07 nov. 1973, s/p)

Ao colocar a construção do Monumento como o resgate de uma dívida histórica, Alberto Silva tenta elevar aqueles homens ao patamar de heróis nacionais, ao passo que se coloca também como o responsável por quitar essa dívida. Temos, assim, aquela relação de troca que vimos anteriormente na fala do entrevistado, na qual o governador piauiense se apropria daquela batalha para inscrever seu nome na história de Campo Maior.

A construção desse monumento foi também um anseio de toda a população campomaiorenses e sua inauguração foi um acontecimento marcante para a cidade. Além da

presença do governador Alberto Silva o evento contou com outras atividades, dentre elas a encenação de uma peça, protagonizada pelos estudantes da cidade, na qual retratavam o desdobramento da batalha. Carlos Alberto Nonato Vieira²⁰⁹ esteve nessa festividade, participando da peça e recorda o momento:

(...) ah essa inauguração hum foi bonita de mais. Nessa época houve apresentação da Batalha do Jenipapo, eu fui um caboclo dentro desta peça, que o diretor veio contratado, por nome Murilo se não me engano, ele era um caboco alto, tinha feito curso no Rio de Janeiro e tudo. E fizemos essa batalha a peça teatral completa desde a saída lá no rio Jenipapo ao encontro bem ali onde hoje é o cruzeiro (aponta em direção ao monumento) aí se confrontaram os caboclos, alguns soldados campomaiorenses, maranhenses e cearenses contra as tropas de Fidié, todas aquelas rouponas bem preparadas, foi muito bonito no dia da inauguração. (VIEIRA, 2018)

Essa peça teatral tinha o objetivo de mostrar aos presentes como aconteceu a batalha, exaltando feito dos combatentes da causa da independência brasileira. Para que o espetáculo fosse o mais belo e organizado possível foi contratado um diretor para dirigir a peça. Isso demonstra a preocupação do governo em tornar esse momento uma grande comemoração para a cidade.

A presença dos estudantes representando aqueles que lutaram na batalha é um aspecto interessante. A educação do período militar desejava inculcar nos estudantes um respeito às tradições e aos heróis nacionais. Naquele momento, os brasileiros que morreram defendendo a liberdade da nação foram transformados em heróis nacionais, passando a ser identificados como “Heróis do Jenipapo”. Então, fazer com que um estudante representasse um daqueles heróis – e se sentisse como um – era uma maneira de fazê-lo perceber a importância daquele feito para a nação e ver aqueles simples caboclos como heróis nacionais.

A celebração da Batalha do Jenipapo é uma forma de reforçar a identidade e o orgulho campomaiorenses bem como uma ferramenta de se colocar Campo Maior e o Piauí como fundamentais para a independência do Brasil, sendo reforçada anualmente, pois “(...) as festas cívicas, embora aconteçam no nosso tempo linear, trazem aspectos de um tempo cíclico do

²⁰⁹ Carlos Alberto Nonato Vieira é natural de Campo Maior e nasceu em 1960. Estudou na Unidade Escolar Valdivino Tito, no Ginásio Orientado para o Trabalho (GOT), no Colégio Estadual Professor Raimundinho Andrade e no Patronato Nossa Senhora de Lourdes. É graduado em Letras e foi professor em escolas públicas em Campo Maior e atualmente é professor aposentado.

eterno retorno” (MELO, 2010, p. 95). Exaltar esses heróis é uma maneira de tentar inseri-los na memória nacional, como também é uma maneira de inseri-los nas tradições oficiais (HOBSBAWM, 2002) do município.

As comemorações à Independência do Brasil (7 de setembro)

Outra festa de destaque na cidade no período, como vimos anteriormente, era o dia da Independência do Brasil, comemorado com grandes festividades no dia 7 de setembro. É um momento de suntuosas celebrações nacionais visando comemorar a data em que o Brasil se tornou uma nação independente, mas também, no período militar, exaltar o governo em vigor. Analisar as memórias dos participantes destas comemorações em Campo Maior é fundamental para compreendermos como os campomaioreses as percebiam e como os estudantes viam suas participações nestas festividades, pois durante o regime militar:

As festas cívicas não se constituíam apenas em instrumento de controle social, mas também assumiam a forma de mecanismos de fabricação do consenso social. Mais ainda, as comemorações elaborariam interpretações sobre acontecimentos pretéritos, procurando restabelecer os vínculos entre passado e presente e futuro, ao mesmo tempo em que permitiriam a formação de identidades coletivas, através da transformação do poder em espetáculo, legitimando alguns discursos que expressariam as aspirações coletivas e, portanto, simbolizariam a própria nação. (ALMEIDA, 2009, p. 43)

As festas cívicas foram um instrumento utilizado pelo governo militar para conseguir sua legitimação. Suas realizações em pequenas cidades demonstram o interesse dos militares em se propagarem por todo o país, exaltando seus feitos e transmitindo uma mensagem de progresso da nação. Através dessas comemorações buscava-se fazer uma ligação daquele período com o passado brasileiro.

O Sete de Setembro é um momento marcante no calendário nacional, um dia em que se comemora a independência da Pátria e se cultua D. Pedro I como o grande herói nacional, é um ritual nacional que mobiliza a cidade exigindo um tempo sem trabalho, um feriado (DAMATTA, 1997). Tradicionalmente são feitas grandes celebrações dessa data em todo o país

e em Campo Maior não foi diferente. Everaldo de Vasconcelos Teixeira nos relembra uma de suas participações nas comemorações dessa data cívica:

(...) era muito bonito, não tinha esses carros alegóricos que têm hoje, hoje eles enfeitam muito carro, era mesmo só o desfile. Era, cada colégio participava, era aquela animação, se era cedo da manhã 5h da manhã já tava todo mundo, a gente tinha aquela vontade mesmo próprio de participar. Aí fiquei até emocionado porque eu nunca tinha participado, aí eu estudando já à noite, no Valdivino, aí a gente foi participar, mas tinha que comprar uns tênis, tênis não, naquele tempo era um Kichute ou umas Conga (risos) aí eu comprei os Kichute pra ir a esse desfile, eu fiquei muito satisfeito. (...) O mesmo uniforme do colégio, no caso, na época era de camiseta porque a gente ia representando o futebol lá da escola, então a camiseta. Aí exatamente foi porque eu comprei os Kichute, é como se fosse um atleta, um jogador. Mas era aquela animação muito grande das pessoas, pais iam assistir, levavam os outros filhos pra participar, era muito aconchegante a gente ir ao Sete de Setembro. (TEIXEIRA, 2018).

A fala do Sr. Everaldo possui algumas informações bem interessantes. Como vimos em sua fala anterior o sol impetuoso de Campo Maior não o impedia de participar das comemorações à Batalha do Jenipapo. Aqui, ainda de madrugada as escolas já estavam se preparando para o desfile e mesmo ainda sendo cedo isso não era um empecilho para a sua realização, pois, segundo ele, tinha uma vontade própria de participar.

Entretanto, o destaque nessa fala é o seu esforço para a participação nos desfiles. Era necessário adquirir um tênis para poder participar dessa festividade e isso fez com que ele comprasse um Kichute²¹⁰, pois ele faria parte de uma ala que representaria o futebol, daí a necessidade desse calçado. Vemos que isso foi um motivo de emoção e satisfação para o nosso entrevistado que se sentiu feliz por participar dessa celebração. Fica claro que o seu sentimento de civismo, de patriotismo era espontâneo, como desejavam os militares, e não visto como uma imposição. É significativo observar ainda a obrigatoriedade do calçado como componente do uniforme dos estudantes para sua presença no desfile, pois:

(...) as fardas remetem a posições centrais da estrutura social, já que são símbolos de poder na ordem social. São vestes usadas nos rituais e também no cotidiano, onde ocorre apenas uma mudança de grau e não de qualidade entre

²¹⁰ Um tipo de tênis existente na época.

um tipo e outro. (...). As fardas simbolizam identidades sociais concretas que operam em todos os níveis da vida social. (DAMATTA, 1997, p. 61.)

O Dia da Pátria é um ritual oficial (DAMATTA, 1997) daí a necessidade – ou a obrigatoriedade – do uso do fardamento escolar, para se estabelecer uma distinção na ordem social. Mesmo compreendendo a importância daquela festividade e demonstrando um sentimento cívico os estudantes (assim como toda a sociedade) estavam subordinados aos militares e o fardamento era uma maneira de entender a hierarquia social da época. Ou seja, nas festividades cívicas deveria ficar explícita “os níveis da vida social.”

Os desfiles do Dia da Pátria deveriam ser vistos como a data mais importante do calendário cívico nacional, sendo um momento de sintonização da população com o regime militar. Ao fazerem uma analogia do seu governo com D. Pedro, os militares buscavam uma identificação com o passado, na tentativa de se legitimarem no poder.

A imagem de Dom Pedro foi usada ainda para representar a integração nacional proposta pela ditadura ao fazer uma viagem dos seus restos mortais por todo o país no ano do Sesquicentenário (1972)²¹¹ (ALMEIDA, 2009). Para isso, as comemorações do Sete de Setembro eram instrumentos de fortalecimento do regime em vigor. Carlos Alberto Nonato Vieira recorda os desfiles realizados em Campo Maior nesse período:

“Bem, na época que eu estudava o ginásio existia os grandes desfile ave-maria, desfile com bateria certo, era assim uma farra, é comissão de frente que era as bandeira, carros-alegóricos, era uma coisa muito bonita que hoje não existe mais. O colégio ia todo, e o que era bonito não era a questão de amor à pátria, era aquela ordem unida, organização, fileira certo, marchando, os pés, a marcação de passo, pés, mão, rapaz eu achava bonito de mais isso aí, eu achava lindo, lindo, lindo, (...). (VIEIRA, 2018).

Observamos no depoimento do entrevistado sua admiração com a organização dos desfiles. Para ele, mais do que o amor à Pátria, expresso pelo próprio desfile, o que chamava a sua atenção era a forma como ele era organizado: os alunos marchando em filas, com passos bem marcados, mãos e pés em sincronia. É perceptível também um descontentamento em

²¹¹ Os despojos de D. Pedro I ficaram no Piauí, mais especificamente em Teresina, no mês de julho, no entanto as pesquisas que tratam dos Festejos do Sesquicentário da Independência não detalham a passagem dos restos mortais do imperador no território piauiense (ALMEIDA, 2009; CORDEIRO, 2012; MORAIS, 2015).

relação aos desfiles realizados atualmente, o que mostra que toda a organização dos desfiles realizados nessa época com seus elementos belos – tidos como grandes espetáculos cívicos – ficaram em sua memória como um passado admirável.

O desfile cívico do Sete de Setembro acaba sendo a maior festividade em homenagem ao Dia da Independência. É um momento esperado, não só para os participantes, mas também para cidade de modo geral, que aguarda o espetáculo que é o desfile.

Era ensinada, nas escolas, a importância do Sete de Setembro para a história do Brasil. Os alunos deveriam entender a relevância dessa data para a construção da nação brasileira, exaltando o imperador D. Pedro I – bem como os militares no governo – e propagar civismo, o amor à Pátria. No entanto, isso não devia ser tido como uma obrigação. O patriotismo deveria ser espontâneo e cada brasileiro deveria exercê-lo livremente. Mas, compreendemos que essas festividades eram articuladas pelo regime militar, não somente para exaltar datas cívicas e heróis nacionais, mas também fazer uma propaganda do governo militar. O Sr. Francisco Lima, lembrando o desfile do Sete de Setembro, nos mostra a maneira como ele entende essas festas:

Era um momento esperado, era um momento em que toda a escola se preparava e, porque na época a gente não percebia que havia sempre um sistema que era o sistema do regime militar, que pra nós não chegava... não tinha essa abertura de você saber, mas o que a gente percebe hoje é que eles obedeciam sempre uma recomendação de cima pra baixo, como volto a dizer de novo, e já preparavam muito bem, colocavam a estrutura, cada colégio, tinha aquela disputa entre os colégios, isso aí era bem organizado. Nós tínhamos preparações suficientes pra fazer um bom desfile baseado na disciplina do Exército. (LIMA, 2018).

Vemos que hoje o Sr. Francisco percebe o “sistema” do regime militar que estabelecia os direcionamentos para a realização das festas, mas naquela época isso passava despercebido, como era objetivado pelos militares. As escolas deveriam preparar grandes festividades, que encantassem a população, conforme a “disciplina do Exército”, mas sem passar a imagem de que fosse uma imposição do governo militar. Baseado no pensamento de Pierre Bourdieu podemos entender isso a partir daquilo que ele chama de poder simbólico:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste

modo, a ação sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*²¹², quer dizer ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos (...) mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos (...). (BOURDIEU, 2005, p. 14)

Esse poder simbólico é usado como uma forma transfigurada do poder (BOURDIEU, 2005), por meio do qual o regime militar buscava impor suas ações. Era necessário fazer com que a população, de modo geral – especificamente, os participantes dos desfiles – não se percebessem sob o domínio de um poder, o poder militar. Nesse sentido, ignorando-se a arbitrariedade das festas cívicas, elas funcionam como exemplo do poder simbólico, para legitimação de regimes autoritários, como o regime militar.

Considerações Finais

As memórias dos entrevistados foram fundamentais para entendermos sua participação nas festas cívicas comemoradas em Campo Maior, com detalhes e curiosidades que não encontraríamos em outras fontes. A partir disso, inferimos que a realização dessas festividades nessa cidade é vista positivamente para aqueles que participaram diretamente, no caso estudantes. Suas lembranças desses momentos nos permitem afirmar que a Ditadura Militar despertou nos campomaiorenses o sentimento de civismo e de patriotismo desejados. Assim, podemos compreender que as festas cívicas realizadas em Campo Maior no período militar foram fundamentais para que o civismo e o patriotismo pretendidos pelos militares aflorassem nos campomaiorenses.

As memórias dos participantes dessas festividades nos fazem entender a forma como elas marcaram sua infância/juventude, bem como observarmos importantes detalhes sobre suas presenças nessas comemorações que não veríamos em outras fontes. A moral, o civismo e o patriotismo desejados pelos militares, como forma de legitimar seu governo, estiveram presentes em Campo Maior.

²¹² Grifo do autor

Referências

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O Regime Militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência Brasileira (1972)**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico** (tradução de Fernando Tomaz) – 8º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DAMATTA, Roberto. Carnavais, paradas e procissões. In: DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 43-84

HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MELO, Salânia Maria Barbosa. **A Construção da Memória Cívica: espetáculos de civilidade no Piauí. (1930-1945)**. Teresina: EDUFPI, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, 1992, p. 200-212.

RESENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)**. Eduel: Londrina, 2013.